



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular 2021-2022

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública

Unidade curricular

Procedimento Administrativo
(*Simplificação administrativa e procedimento administrativo justo*)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A unidade curricular estuda o procedimento administrativo a partir dos imperativos de justiça procedimental e da simplificação administrativa. Um dos objetivos é o de rever os conhecimentos sobre as características de um procedimento justo e o de analisar o sentido e o alcance da simplificação procedimental. Outro dos objetivos é o de saber como se concretizam no Direito português e como o seu tratamento normativo deve ser integrado pelo Direito administrativo global e, em particular, pelo Direito europeu. Cruzando-se com a simplificação está o impacto da tecnologia sobre as várias categorias do Direito Administrativo procedimental, que igualmente se estudará.

Pretende-se promover a aptidão dos estudantes para articular os conceitos e dimensões de justiça e da simplificação procedimentais; e, bem assim, a aptidão para os compreender e pensar a partir de várias fontes de Direito. Procura-se desenvolver a competência dos estudantes para identificar e resolver questões jurídicas conciliando os parâmetros de um procedimento administrativo justo, eficiente, eficaz e responsivo em Estado de Direito. De igual, procura-se que resolvam, discutindo de forma colaborativa e num quadro de pluralismo normativo multinível, casos em contextos reais.

Conteúdos programáticos

I - A atividade administrativa e o procedimento administrativo

- 1.1. As funções e a tipologia dos procedimentos administrativos
- 1.2. Procedimento administrativo justo, mandato de otimização e Estado de Direito

II - A relevância do Direito europeu para a compreensão e a delimitação do regime dos procedimentos administrativos

- 2.1. Princípios e garantias procedimentais
- 2.2. A adoção de uma lei europeia do procedimento administrativo
- 2.3. Os procedimentos compósitos ou mistos

III - Simplificação administrativa e procedimento administrativo justo

- 3.1. A simplificação procedimental como uma das formas de simplificação administrativa
- 3.2. Os custos do procedimento administrativo e a “quantidade ótima de procedimento”
- 3.3. Os instrumentos de simplificação do procedimento administrativo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.4. As formas, as formalidades, desvalor jurídico, sanação e responsabilidade administrativa

IV - Tecnologia e procedimento administrativo

4.1. A aplicação de tecnologias de informação e de tecnologias de comunicação ao procedimento administrativo

4.2. O impacto dos algoritmos sobre a teoria constitucional e administrativa do procedimento administrativo

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O programa reporta-se aos conhecimentos identificados e a sua execução permite desenvolver as aptidões e competências referidas.

A primeira parte do programa analisa o sentido e alcance do procedimento administrativo segundo um mandato de otimização e de justiça. A segunda parte apresenta as diferentes vertentes da conformação pelo Direito europeu do regime jurídico do procedimento administrativo e a relevância procedimental do desenvolvimento de uma «união administrativa europeia». A terceira parte identifica os instrumentos jurídicos de simplificação procedimental que estão previstos no ordenamento jurídico nacional, contextualizando e exercitando a sua aplicação. A quarta parte do programa delimita o quadro normativo da utilização da tecnologia pela Administração como instrumento de comunicação e no tratamento e construção da informação no procedimento administrativo.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos. Convida à participação, ao questionamento e à reflexão das temáticas lecionadas pelo seu cruzamento em contextos diversos.

A disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente a cada aula, assim como o diálogo com o docente sobre as questões analisadas, permitem ajudar os alunos na sua própria aprendizagem e o aprofundamento das temáticas.

No quadro de regulamento de avaliação vigente, consideram-se, na avaliação contínua, os seguintes elementos: *i)* participação nas aulas, discutindo a resolução de exercícios e/ou debatendo ideias; *ii)* elaboração de comentário a acórdão a partir de um elenco de sugestões, o qual avaliado de acordo com os critérios e escalas correspondentes definidos em grelha inserida na plataforma Moodle. Será dado *feedback* individualizado por referência detalhada a estes critérios e escalas.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos, o carácter interativo e uma abordagem normativa plural multinível favorecer a apreensão dos diversos conceitos, princípios e regimes, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e juridicamente cosmopolita das questões.

A realização de trabalho escrito permite que os estudantes exercitem as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá-lhes *feedback* significativo e oportuno para a melhoria da aprendizagem

Bibliografia principal

- AAVV. *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, Volume I*, coordenação de Carla Amado Gomes et al., AAFDL, 5.ª edição, 2020/6.ª edição, 2022.
- Chevalier, E., & Dubos, O. "The Notion of 'Transnationality' in Administrative Law: Taxonomy and Judicial Review", *German Law Journal*, 2021, 22(3), 325-343. doi:10.1017/glj.2021.15
- Craig, Paul, Hofmann, Herwig C.H. e Schneider, Jens-Peter e Ziller, Jacques (edited by). *ReNEUAL Model Rules on EU Administrative Procedure*, Edited by Oxford University Press, 2017.
- Doménech Pascual, Gabriel. "Hacia la simplificación de los procedimientos administrativos", in *La Simplificación de los Procedimientos Administrativos, Actas del IX Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho Administrativo*, Santiago de Compostela, 7 y 8 de febrero de 2014, pp. 15-73 (https://www.academia.edu/9429492/Hacia_la_simplificacion_de_los_procedimientos_administrativos).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Neves, Ana. "The reshaping of the administrative procedure through technology as an opportunity to reinforce subjects' rights", *Toruńskie Studia Polsko-Włoskie XVI - Studi Polacco-Italiani di Toruń XVI*, Toruń 2020, pp. 7-28 (<https://integro.pbw.edu.pl/ici/search?q=Prawo+podmiotowe&index=4>).
- Valero Torrijos, Julián. "Las garantías jurídicas de la inteligencia artificial en la actividad administrativa desde la perspectiva de la buena administración", *Revista Catalana de dret públic*, n.º 58, 2019, pp. 82-96 (<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7005058>).